



Interligação Elétrica Evrecy S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de
acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Relatório da Administração Regulatório

Mensagem da Administração

A Administração da Interligação Elétrica Evrecy S.A. (“Companhia”), submete à apreciação de V.S^{as}. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício de 2023, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidor e consumidores.

Em 2023, a Companhia efetuou a operação e a manutenção de suas instalações de transmissão, bem como executou suas atividades administrativas, financeiras e de engenharia com os níveis adequados de desempenho, mantendo as melhores práticas e visando a preservação da saúde e segurança.

Contrato nº 020/2008

Composto pelas linhas de Transmissão Governador Valadares - Conselheiro Pena (230kV); Conselheiro Pena - Aimorés (230kV); Aimorés - Mascarenhas (circuito 1) (230kV) e Subestações Conselheiro Pena (230 kv), Aimorés (230 kv) e Mascarenhas (230/138kV), localizadas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e teve o índice de disponibilidade em 2023 de 99,85%.

Contrato nº 001/2020

Composto pelas linhas de transmissão Caxias Norte – Caxias 6 C1 Caxias Norte – Vinhedos C1 Caxias Norte – Monte Claro, com extensão aproximada de 169 km e subestação Caxias Norte teve o índice de disponibilidade em 2023 de 99,85%.

Auditores Independentes

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a Companhia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. prestou apenas serviços relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2023.

Encerramento e Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a confiança de seu acionista, a parceria de seus fornecedores e a efetiva participação dos financiadores e órgãos governamentais na implantação e na operação das instalações de transmissão administradas pela Companhia. Ressalta e agradece a dedicação e o comprometimento de seus prestadores de serviços, destacando a elevada competência do corpo técnico e de seu acionista pelos trabalhos desempenhados, os quais foram de fundamental importância o atingimento dos objetivos da Companhia durante o ano de 2023.

A Administração

ÍNDICE

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstração do resultado abrangente.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	
1. Contexto operacional.....	11
2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.....	12
3. Principais práticas contábeis.....	13
4. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo órgão regulador	19
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	19
6. Aplicações financeiras.....	19
7. Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias.....	20
8. Imobilizado.....	20
9. Intangível.....	26
10. Fornecedores	27
11. Tributos e encargos sociais a recolher	27
12. Encargos regulatórios a recolher	28
13. Provisão para demandas judiciais.....	28
14. Patrimônio líquido.....	29
15. Receita operacional bruta	30
16. Resultado financeiro.....	32
17. Imposto de renda e contribuição social	32
18. Transações com partes relacionadas.....	33
19. Instrumentos financeiros	33
20. Seguros	35
21. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário.....	35
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	42

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	833	716
Aplicações financeiras	6	2.005	2.652
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	7	1.588	2.463
Estoques		296	223
Tributos e contribuições a compensar		101	48
Outros		512	381
		5.335	6.483
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	7	34	61
Cauções e depósitos vinculados		-	11
Outros		67	-
		101	72
Imobilizado	8	527.653	366.255
Intangível	9	4.894	4.829
		532.547	371.084
Total do ativo		537.983	377.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	Nota	2023	2022
Passivo circulante			
Arrendamento		26	14
Fornecedores		10.160	3.715
Tributos e encargos sociais a recolher	10	7.479	730
Encargos regulatórios a recolher	11	10	9
Partes relacionadas	16	976	2.507
Outros		435	20
		19.085	6.995
Não circulante			
Arrendamento		147	82
Impostos e contribuições sociais diferidos	15 (a)	422	484
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	8	18.604	19.301
Encargos regulatórios a recolher	11	118	84
Provisão para demandas judiciais		93	2
		19.384	19.953
Patrimônio líquido			
Capital social	12 (a)	438.352	301.940
Reservas de lucros	12 (c)	48.111	34.914
Reserva de reavaliação	12 (d)	13.051	13.837
		499.514	350.691
Total do patrimônio líquido		499.514	350.691
Total do passivo e do patrimônio líquido		537.983	377.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2023	2022
Operações em continuidade			
Disponibilização do sistema de transmissão	13	20.191	20.598
Outras receitas	13	554	526
		20.745	21.124
Tributos			
PIS		(137)	(141)
COFINS		(630)	(650)
		(767)	(791)
Encargos			
Reserva Global de Reversão – RGR		(577)	(449)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(65)	(68)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(186)	(192)
		(828)	(709)
Receita líquida		19.150	19.624
Custos e despesas			
Pessoal		(496)	(233)
Material		(159)	(183)
Serviços de terceiros		(2.441)	(4.180)
Depreciação e amortização		(2.219)	(2.171)
Seguros		(206)	(88)
Arrendamento e aluguéis		(355)	(323)
Provisões para demandas judiciais		(6)	(10)
Tributos		(42)	(2)
Outras receitas (despesas) operacionais		(149)	(431)
Gastos diversos		(55)	(44)
		(6.128)	(7.665)
Resultado da atividade		13.022	11.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(continuação)	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	409	292
Despesas financeiras	14	(118)	(137)
		<u>291</u>	<u>155</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>13.313</u>	<u>12.114</u>
Despesas com imposto de renda e contribuição social			
Corrente	15	(946)	(866)
Diferido		44	2
		<u>12.411</u>	<u>11.250</u>
Lucro líquido do exercício		<u>0,02831</u>	<u>0,03726</u>
Lucro por ação		<u>0,02831</u>	<u>0,03726</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	12.411	11.250
Outros resultados abrangentes – reserva de reavaliação	<u>(786)</u>	<u>(9.082)</u>
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u><u>11.625</u></u>	<u><u>2.168</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Reserva de reavaliação	Total
Em 31 de dezembro de 2021		76.351	2.754	20.148	-	4.755	104.008
Integralização de capital		225.589	-	-	-	-	225.589
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.250	-	11.250
Constituição da reserva de reavaliação		-	-	-	-	9.844	9.844
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	762	(762)	-
Retenção de lucros	12 (c)	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízo societário		-	(2.754)	14.766	(12.012)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022		301.940	-	34.914	-	13.837	350.691
Integralização de capital		136.412	-	-	-	-	136.412
Lucro líquido do exercício		-	-	-	12.411	-	12.411
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	786	(786)	-
Retenção de lucros	12 (c)	-	-	13.197	(13.197)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022		438.352	-	48.111	-	13.051	499.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	12.411	11.250
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	2.219	2.171
PIS e COFINS diferidos	(18)	47
IR e CS diferidos	(44)	(2)
Custo residual de ativo imobilizado baixado	211	630
Provisões	82	2
Receita sobre aplicações financeiras	(108)	(285)
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	(2)	3
	<u>14.751</u>	<u>13.816</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	902	(1.216)
Estoque	(73)	-
Tributos e contribuições a compensar	(53)	(26)
Cauções e depósitos vinculados	(11)	(1)
Outros	(198)	(65)
	<u>567</u>	<u>(1.308)</u>
Aumento de passivos		
Fornecedores	6.445	493
Tributos e encargos sociais a recolher	7.628	872
Imposto de renda e contribuição social pagos	(879)	(726)
Encargos regulatórios a recolher	35	(137)
Partes relacionadas	(1.531)	289
Outros	415	(1)
	<u>12.113</u>	<u>790</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>27.431</u>	<u>13.298</u>
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(11.151)	(18.299)
Resgates de aplicações financeiras	11.906	17.041
Imobilizado (nota 8 (b))	(164.404)	(237.005)
Intangível (nota 9)	(66)	(2)
	<u>(163.715)</u>	<u>(238.265)</u>
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	<u>(163.715)</u>	<u>(238.265)</u>
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	136.412	225.589
Pagamentos de arrendamentos	(11)	(15)
	<u>136.401</u>	<u>225.574</u>
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de financiamentos	<u>136.401</u>	<u>225.574</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>117</u>	<u>607</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	716	109
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>833</u>	<u>716</u>
Variação em caixa e equivalentes de caixa	<u>117</u>	<u>607</u>

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Evrecy S.A. (“Companhia”), constituída em 21 de novembro de 2006, controlada pela CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, “Controladora”) brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C – Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 3 de março de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou através da Resolução Autorizativa nº 1.823, a transferência de concessão de transmissão da Castelo Energética S.A. – CESA para a Empresa, regida pelo contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 – ANEEL, de 14 de novembro de 2008.

Em 13 de outubro de 2009, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo de Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 – ANEEL, formalizando a transferência da concessão regida pelo referido contrato para a Entidade com prazo de concessão até 17 de julho de 2025.

Em 17 de janeiro de 2012, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.300, anuiu a transferência do controle societário direto da Empresa detida pela Energest S.A. para a EDP – Energias do Brasil S.A.

Em 11 de dezembro de 2012, a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 3.788, anuiu a alteração do controle societário direto da Companhia detida pela EDP - Energias do Brasil S.A. para a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, alienação essa realizada e finalizada em 21 de dezembro de 2012.

Em 1 de outubro de 2020 foi aprovada a transformação do tipo jurídico da Entidade, de sociedade limitada para sociedade por ações por capital fechado, regida pela Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do seu contrato social para estatuto social e da sua denominação social de Evrecy Participações Ltda para Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou o capital circulante negativo no montante de R\$13.750 (R\$512 em 31 de dezembro de 2022), oriundos dos custos de implementação da infraestrutura devido à investimentos do projeto Minuano, que se encontra em fase pré-operacional. No entanto, a Administração compreende que o projeto será lucrativo ao final do contrato, e que o efeito negativo gerado durante o período de implantação da infraestrutura será compensado com a margem de lucro auferida durante a prestação de serviços de operação e manutenção. As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações e caso necessário, poderão ocorrer aportes da Controladora.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês base
020/2008	30	17.07.25	4 anos	2025	IGPM	19.238	06/23
001/2020	30	20.03.50	5 anos	2025	IPCA	48.320	06/23

Contrato nº 020/2008

Linhas de Transmissão Governador Valadares - Conselheiro Pena (230kV); Conselheiro Pena - Aimorés (230kV); Aimorés - Mascarenhas (circuito 1) (230kV) e Subestações Conselheiro Pena (230 kv), Aimorés (230 kv) e Mascarenhas (230/138kV), localizadas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O Contrato de Concessão nº 020/2008, prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

A Lei 12.783/12 define que o concessionário deve fazer a solicitação de renovação do contrato de concessão com 60 meses de antecedência do vencimento. A Companhia enviou para ANEEL uma carta de manifestação de interesse em conhecer as condições para a renovação do contrato 020/2008. Em 13 de julho de 2022, a ANEEL enviou ao Ministério de Minas e Energia (MME) o ofício 038/2022, com o requerimento de prorrogação do referido contrato. Por este motivo, o MME instaurou a Consulta Pública nº 136/2022 e divulgou a Nota Técnica nº 520/2022/DOC/SPE, para definir se as concessões de transmissão vincendas devem ser licitadas ou prorrogadas. O resultado da referida Consulta Pública, foi a publicação do Decreto nº 11.314/2022, que define em seu artigo 2º que as concessões de transmissão vincendas serão licitadas. O Parágrafo único do referido artigo, define, ainda, que poderão ser prorrogadas quando a licitação for inviável ou resultar em prejuízo ao interesse público.

Contrato nº 001/2020

Lote arrematado pela Controladora CTEEP no leilão ANEEL nº 02/2019 com contrato assinado em março de 2020 (Projeto Minuano) e agregado à Companhia em função de sinergias operacionais e ou administrativas. Composto pelas linhas de transmissão Caxias Norte – Caxias 6 C1 Caxias Norte – Vinhedos C1 Caxias Norte – Monte Claro, com extensão aproximada de 169 km e subestação Caxias Norte. Em 16 de dezembro de 2020, obteve a Licença Prévia e de Instalação (LPI) Unificadas para a subestação Caxias Norte e, em 25 de julho de 2023 obteve a Licença de Instalação (LI) para as linhas de transmissão.

2 Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são distintas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos, entretanto, quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 19 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e de apresentação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido.
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

3 Políticas Contábeis materiais Regulatórias

3.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida no momento em que o ONS apura os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.3 Impostos e encargos setoriais sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Encargos setoriais

Os encargos setoriais abaixo descritos, fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

(ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar anualmente um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

(iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados às aplicações financeiras (nota 6).

- *Custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.6 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7). A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 13.3), com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

3.7 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.8 Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação e são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.9 Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 não permite a reavaliação de bens. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.10 Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.11 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.12 Arrendamentos

Em decorrência da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022, o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foi adotado pela ANEEL e sua aplicação deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento” referente aos pagamentos futuros e “Imobilizado” referente o direito de uso.

(a) A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

- **Arrendatário**

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

- **Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

- **Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

- ***Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor***

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.13 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.14 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

3.16 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.17 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.18 Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4 Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e de 2019, conforme abaixo:

- **CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de *performance*.

- **ICPC 01 - Contratos de Concessão**

Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

- **ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e bancos	<u>833</u>	<u>716</u>
	<u>833</u>	<u>716</u>

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6 Aplicações financeiras

	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2023 % do CDI	2023	2022
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		1.159	2.458
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes	108,2%	827	177
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI		19	17
		2.005	2.652

A Companhia concentra suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).
- Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Referenciado DI Coral.
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI FI Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

7 Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias

	Corrente vencida					2023	2022
	Corrente a vencer	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Transmissão de Energia							
Encargos de uso da Rede Elétrica	1.559	4	22	3	34	1.622	2.524
	1.559	4	22	3	34	1.622	2.524

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis e imóveis utilizados pela Companhia e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

(a) Imobilizado em serviço

	Custo em 2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação (D)	Baixas Reavaliação	Custo em 2023	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)+(D)	Depreciação acum.	Saldo em 2023	Saldo em 2022	Obrigações especiais brutas	Amortização acum.	Obrigações especiais líquidas
Transmissão														
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.118	-	-	-	-	-	2.118	-	(933)	1.185	1.243	-	-	-
Máquinas e equipamentos	209.176	-	(265)	114	-	(213)	208.812	(364)	(161.313)	47.499	50.400	(19.301)	697	(18.604)
Administração														
Edificações, obras civis e benfeitorias	130	105	-	-	-	-	235	105	(59)	176	93	-	-	-
Máquinas e equipamentos	158	-	-	23	-	-	181	23	(42)	139	129	-	-	-
Veículos	114	-	-	-	-	-	114	-	(114)	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	44	-	-	-	-	-	44	-	(7)	37	40	-	-	-
Subtotal	211.740	105	(265)	137	-	(213)	211.504	(236)	(162.468)	49.036	51.905	(19.301)	697	(18.604)

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Imobilizado em curso

	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Reavaliação (D)</u>	<u>Baixas Reavaliação</u>	<u>Custo em 2023</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)+(D)</u>	<u>Depreciação acum.</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Saldo em 2022</u>	<u>Obrigações especiais brutas</u>	<u>Amortização acum.</u>	<u>Obrigações especiais líquidas</u>
Transmissão														
Máquinas e equipamentos	65.533	109.393	-	66.390	-	-	241.316	175.783	-	241.316	175.739	-	-	-
Outros	248.784	55.010	-	(66.504)	-	-	237.290	(11.494)	-	237.290	138.578	-	-	-
Administração														
Máquinas e equipamentos	33	1	-	(23)	-	-	11	(22)	-	11	33	-	-	-
Subtotal	314.350	164.404	-	(137)	-	-	478.617	164.267	-	478.617	314.350	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	526.090	164.509	(265)	-	-	(213)	690.121	164.031	(162.468)	527.653	366.255	(19.301)	697	(18.604)

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(c) Taxas anuais de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023		2022	
		Bruto	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Transmissão					
Edificações, obras civis e benfeitorias.	3,26%	1.524	(512)	1.012	1.023
Edificações, obras civis e benf. - Reavaliação	3,42%	594	(421)	173	220
Máquinas e equipamentos	3,55%	113.144	(78.016)	35.128	36.243
Máquinas e equipamentos - reavaliação	3,29%	95.668	(83.297)	12.371	14.157
Administração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	13,59%	235	(59)	176	93
Máquinas e equipamentos	7,64%	178	(41)	137	127
Máquinas e equipamentos Reavaliação	6,25%	3	(1)	2	2
Veículos	14,29%	114	(114)	-	-
Móveis e utensílios	6,25%	44	(7)	37	40
		211.504	(162.468)	49.036	51.905
Em Curso					
Transmissão		478.606	-	478.606	314.317
Administração		11	-	11	33
		478.617	-	478.617	314.350
		690.121	(162.468)	527.653	366.255

(d) Composição das adições do imobilizado em curso

A composição de adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

	Material/ Equipamentos	Serviço de Terceiros	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	7.280	7.280
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	-	18.971	-	18.971
Máquinas e equipamentos	109.354	39	-	109.393
A Ratear	-	1.520	206	1.726
Desenvolvimento de Projetos	-	15.986	-	15.986
Material em depósito	11.007	-	-	11.007
Depósitos judiciais	-	-	41	41
Total das adições	120.361	36.516	7.527	164.404

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(e) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

	<u>Custo em 2022</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transfe- rências (C)</u>	<u>Custo em 2023</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depreciação acum.</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Saldo em 2022</u>
Transmissão em Serviço									
Doações e subvenções destinadas a investimentos no serviço concedido	<u>(23.662)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23.662)</u>	<u>-</u>	<u>6.260</u>	<u>(17.402)</u>	<u>(18.099)</u>
Subtotal	<u>(23.662)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23.662)</u>	<u>-</u>	<u>6.260</u>	<u>(17.402)</u>	<u>(18.099)</u>
Transmissão em Curso									
Doações e subvenções destinadas a investimentos no serviço concedido	<u>(1.202)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.202)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.202)</u>	<u>(1.202)</u>
Subtotal	<u>(1.202)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.202)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.202)</u>	<u>(1.202)</u>
Total	<u>(24.864)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(24.864)</u>	<u>-</u>	<u>6.260</u>	<u>(18.604)</u>	<u>(19.301)</u>

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(f) Taxas anuais de depreciação das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

		2023		2022	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Doações e subvenções destinadas a investimentos no serviço concedido	3,22%	(23.662)	6.260	(17.402)	(18.099)
		(23.662)	6.260	(17.402)	(18.099)
Em Curso					
Doações e subvenções destinadas a investimentos no serviço concedido		(1.202)	-	(1.202)	(1.202)
		(1.202)	-	(1.202)	(1.202)
		(24.864)	6.260	(18.604)	(19.301)

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

a) Ativo intangível em serviço

	Custo em 2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação (D)	Custo em 2023	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)+(D)	Amortização acum.	Saldo em 2023	Saldo em 2022
Transmissão										
Servidões	4.821	-	-	-	-	4.821	-	-	4.821	4.821
Softwares	12	-	-	-	-	12	-	(12)	-	-
Administração										
Softwares	330	-	-	-	-	330	-	(330)	-	1
	5.163	-	-	-	-	5.163	-	(342)	4.821	4.822

b) Ativo intangível em curso

	Custo em 2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação (D)	Custo em 2023	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)+(D)	Amortização acum.	Saldo em 2023	Saldo em 2022
Transmissão										
Servidões	5	-	-	-	-	5	-	-	5	5
Outros	2	66	-	-	-	68	66	-	68	2
	7	66	-	-	-	73	66	-	73	7
Total do ativo intangível	5.170	66	-	-	-	5.236	66	(342)	4.894	4.829

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

c) Taxas anuais de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2023		2022	
		Bruto	Amortização acumulada	Saldo	Saldo
Em Serviço					
Transmissão					
Servidões		4.117	-	4.117	4.117
Servidão - reavaliação		704	-	704	704
Softwares	20,00%	8	(8)	-	-
Software Reavaliação	20,00%	4	(4)	-	-
Administração					
Softwares	20,00%	330	(330)	-	1
		5.163	(342)	4.821	4.822
Em Curso					
Transmissão					
		73	-	73	7
		5.236	(342)	4.894	4.829

d) Composição das adições do intangível em curso

	Outros Gastos	Total
Servidão	66	66
Total das adições	66	66

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10 Fornecedores

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$10.160 (R\$3.715 em 31 de dezembro de 2022) na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão, referente ao Projeto Minuano.

11 Tributos e encargos sociais a recolher

	2023	2022
Imposto de renda	128	133
Contribuição social	69	81
COFINS	50	55
PIS	11	12
Imposto de renda retido na fonte	9	18

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
INSS	268	330
ISS	68	81
ICMS a recolher	6.876	-
Outros	-	20
	<u><u>7.479</u></u>	<u><u>730</u></u>

12 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	128	93
	<u><u>128</u></u>	<u><u>93</u></u>
Circulante	<u><u>10</u></u>	<u><u>9</u></u>
Não circulante	<u><u>118</u></u>	<u><u>84</u></u>

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 830/2018 e 1.045/2022. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

13 Provisões e contingências

(a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui oito ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda provável, de natureza cível-fundiário no valor de R\$93 (R\$2 em 2022).

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui oitenta e uma ações envolvendo risco de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos classificou como perda possível, para a qual não constitui provisão sendo quatro de natureza cível no valor de R\$20, setenta e seis de natureza cível-fundiário no valor de R\$2.240 e uma de natureza tributária no valor de R\$15 totalizando R\$2.275 (R\$ 919 em 2022).

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14 Patrimônio líquido

A constituição das reservas de capital e de lucros, bem como a destinação dos lucros do exercício são efetuadas atendendo o previsto no Estatuto da Companhia e na legislação da Lei nº 6.404/1976 (lei das Sociedades Anônimas), que tomam como base as demonstrações financeiras estatutárias, preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC e as Normas Internacionais de Contabilidade, que são auditadas pela mesma empresa que audita a DCR e foram aprovadas em 28 de março de 2024 e disponibilizadas em 02 de abril de 2024.

(a) Capital social

Em 1 de outubro de 2020 ocorreu Assembleia para transformação de entidade limitada para Sociedade por Ações, sendo o capital social autorizado e subscrito da Companhia de R\$531.512 dividido em quotas iguais de R\$1,00 para R\$531.512 dividido em ações ordinárias nominativas, de classe única, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social integralizado é de R\$438.352 (R\$301.940 em 2022). Em 2023 foi integralizado o valor de R\$136.412.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

(c) Reservas de lucros

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Retenção de lucros (i)	48.111	34.914
	<u>48.111</u>	<u>34.914</u>

(i) Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido o lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, que se destina a atender o orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

(d) Reserva de reavaliação

Conforme o MCSE, item 6.3.6, imobilizado, deve ser aplicada a reavaliação compulsória do imobilizado das Outorgadas que atuam em distribuição, geração e transmissão de energia, as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR. A reavaliação homologada pelo Órgão Regulador será reconhecida contabilmente para fins regulatórios.

A reavaliação do ativo imobilizado referente à Base de Remuneração, em 31 de dezembro de 2018, homologada pela ANEEL, foi registrada contabilmente em 31 de dezembro de 2018, conforme processo ANEEL nº 48500.001618/2018-10 de junho de 2018 e, apresentava saldo residual em 31 de dezembro de 2021 de R\$4.755.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O novo valor homologado por meio do processo 48500.001026/2021 e Nota Técnica nº 77/2021 - SFF/ANEEL de maio de 2021, totaliza R\$42.366 e o valor equivalente ao VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de janeiro de 2022 é de R\$39.863. A reavaliação destes ativos foi registrada contabilmente em fevereiro de 2022, conforme demonstrado abaixo:

(=)	Total do laudo homologado	42.366
(-)	Depreciação janeiro de 2021 a janeiro 2022	(2.503)
(a)	Total	39.863
(b)	Saldo residual BRR em fevereiro de 2022	29.705
(a) - (b)	Total da reavaliação	10.158
(c)	IR/CS diferidos	(314)
(=)	PL Reserva de reavaliação	9.844

A movimentação da reserva de reavaliação no exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.837
Depreciação	(811)
IR/CS diferidos	25
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.051

15 Receita operacional bruta

	2023	2022
Receita bruta		
Rede básica	16.990	17.531
Demais Instalações de Transmissão - DIT	3.201	3.067
Aluguéis	554	526
	20.745	21.124

15.1. Revisão Tarifária Periódica

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- da base de remuneração regulatória;
- dos custos operacionais eficientes;
- da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

As informações da última revisão tarifária periódica estão descritas abaixo:

Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
020/2008	2.883	22.06.2021	01.07.2018

As informações das próximas revisões tarifárias periódicas estão descritas na nota 1.2.

15.2. Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

15.3. Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória n.º 3.216, publicada em 07 de julho de 2023, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme demonstrado a seguir:

índice	RAP Ciclo 22/23		RAP Ciclo 23/24			RAP Ciclo 23/24
	REH 3.067 (*)	Inflação	RTP	REH 3.216	PA	
IGP-M	20.509	(916)	-	19.593	(355)	19.238
IPCA	46.491	1.829	-	48.320	-	48.320

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2022/2023

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica		Demais Instalações de Transmissão – DIT		Total 2024	Total 2023
	Novos investimentos	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Parcela de ajuste		
020/2008	16.197	(355)	3.397	(1)	19.238	21.564

16 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	353	286
Juros ativos	6	1
Variações monetárias	-	2
Outras	50	3
	409	292
Despesas		
Juros sobre arrendamentos	3	-
Variações monetárias	(1)	(1)
Outras	(120)	(136)
	(118)	(137)
	291	155

17 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei 12.973/2014.

Desde janeiro de 2015, entrada em vigor da Lei 12.973/2014, o imposto de renda e a contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de imposto de renda e contribuição social correntes totalizam R\$946 (R\$866 em 2022), que representam o valor efetivamente recolhido à Receita Federal no exercício de 2023.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$422 no passivo (R\$484 em 2022) refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as operações de reserva de reavaliação e sobre as diferenças de práticas contábeis da contabilidade societária e regulatória.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2023	2022	2023	2022
		Passivo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP (i)	207	79	(584)	(274)
Prestação de serviços	CTEEP (ii)	769	2.428	(2.363)	(3.961)
		<u>976</u>	<u>2.507</u>	<u>(2.947)</u>	<u>(4.235)</u>

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego relevantes, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

- (i) O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores de serviços administrativos compartilhados entre a Companhia e a Controladora CTEEP.
- (i) O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.
- (ii) A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, com base nos critérios aprovados pela ANEEL e não ocorreram transações avaliadas como atípicas.

Em 2023 e 2022, a remuneração dos administradores foi paga pela controladora CTEEP

19 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2023	2022
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	1	833	716
Aplicações financeiras	2	2.005	2.652

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nível</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Empréstimos e recebíveis</u>			
Concessionárias e Permissionárias			
Circulante	-	1.588	2.463
Não circulante	-	34	61
Cauções e depósitos vinculados	-	-	11
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado</u>			
Fornecedores	-	10.160	3.715
Arrendamento (*)			
Circulante	-	26	14
Não Circulante	-	147	82
Partes relacionadas	-	976	2.507

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a Companhia não utilizava informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

(b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M e IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 13).
- (iii) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

						2023	2022
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	10.025	25	-	-	110	10.160	3.715
Arrendamento	2	6	17	-	148	173	96
	10.555	31	17	-	258	10.861	3.811

20 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	18/01/23 a 01/06/24	91.031	271
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/23 a 19/12/24	60.000(*)	132
			403

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

(*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

21 Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas conforme práticas regulatórias com as apresentadas conforme práticas societárias.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	833	-	833	716	-	716
Aplicações financeiras	2.005	-	2.005	2.652	-	2.652
Contas a receber -Concessionárias e Permissionárias	1.588	(1.588)	-	2.463	(2.463)	-
Ativo da concessão	-	11.812	11.812	-	13.053	13.053
Estoques	296	-	296	223	-	223
Tributos e contribuições a compensar	101	-	101	48	-	48
Outros	512	(398)	114	381	(297)	84
	5.335	9.826	15.161	6.483	10.293	16.776
Ativo não circulante						
Contas a receber -Concessionárias e Permissionárias	34	(34)	-	61	(61)	-
Ativo da concessão	-	401.744	401.744	-	272.548	272.548
Estoques	-	11.403	11.403	-	396	396
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	11	-	11
Outros	67	-	67	-	-	-
	101	413.113	413.214	72	272.883	272.955
Imobilizado	527.718	(527.484)	234	366.255	(366.101)	154
Intangível	4.829	(4.829)	-	4.829	(4.827)	2
	532.547	(532.313)	234	371.084	(370.928)	156
Total do ativo	537.983	(109.374)	428.609	377.639	(87.752)	289.887

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo circulante						
Arrendamentos	26	-	26	14	-	14
Fornecedores	10.160	-	10.160	3.715	-	3.715
Tributos e encargos sociais a recolher	7.479	-	7.479	730	-	730
Encargos regulatórios a recolher	10	-	10	9	-	9
Partes relacionadas	976	-	976	2.507	-	2.507
Outros	434	-	434	20	1	21
	19.085	-	19.085	6.995	1	6.996
Passivo não circulante						
Arrendamento	147	-	147	82	-	82
Encargos regulatórios a recolher	118	-	118	84	-	84
PIS COFINS Diferidos	-	15.050	15.050	-	10.362	10.362
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	422	12.276	12.698	484	8.264	8.748
Provisão para demandas judiciais	93	-	93	2	-	2
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	18.604	(18.604)	-	19.301	(19.301)	-
	19.384	8.722	28.106	19.953	(675)	19.278
Total do passivo	38.469	8.722	47.191	26.948	(674)	26.274
Patrimônio líquido						
Capital social	438.352	-	438.352	301.940	-	301.940
Reservas de lucros	48.111	(48.111)	-	34.914	(34.914)	-
Prejuízo acumulado	-	(56.934)	(56.934)	-	(38.327)	(38.327)
Reserva de reavaliação	13.051	(13.051)	-	13.837	(13.837)	-
Total do patrimônio líquido	499.514	(118.096)	381.418	350.691	(87.078)	263.613
Total do passivo e do patrimônio líquido	537.983	(109.374)	428.609	377.639	(87.752)	289.887

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Demonstrações dos resultados	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Disponibilização do sistema de transmissão	20.191	128.856	149.047	20.598	175.792	196.390
Outras receitas	554	-	554	526	-	526
	20.745	128.856	149.601	21.124	175.792	196.916
Tributos						
PIS	(137)	(837)	(974)	(141)	(1.142)	(1.283)
COFINS	(630)	(3.866)	(4.496)	(650)	(5.274)	(5.924)
	(767)	(4.703)	(5.470)	(791)	(6.416)	(7.207)
Encargos						
Reserva Global de Reversão – RGR	(577)	-	(577)	(449)	-	(449)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(65)	-	(65)	(68)	-	(68)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(186)	-	(186)	(192)	-	(192)
	(828)	-	(828)	(709)	-	(709)
Receita Líquida	19.150	124.153	143.303	19.624	169.376	189.000
Receitas – Revisão Tarifária Periódica, líquida						
Custos e despesas						
Pessoal	(496)	496	-	(233)	233	-
Material	(159)	(109.351)	(109.510)	(183)	(165.115)	(165.298)
Serviços de terceiros	(2.441)	(37.013)	(39.454)	(4.180)	(53.829)	(58.009)
Depreciação e amortização	(2.219)	2.190	(29)	(2.171)	2.152	(19)
Demandas judiciais	(6)	-	(6)	(10)	-	(10)
Seguros	(206)	-	(206)	(88)	-	(88)
Arrendamento e aluguéis	(355)	-	(355)	(323)	-	(323)
Tributos	(42)	-	(42)	(2)	-	(2)
Outras despesas operacionais	(149)	93	(56)	(431)	341	(90)
Terrenos	-	(7.280)	(7.280)	-	(18.350)	(18.350)
Gastos diversos	(55)	(312)	(367)	(44)	1	(43)
	(6.128)	(151.177)	(157.305)	(7.665)	(234.567)	(242.232)

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Demonstrações dos resultados	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Resultado da atividade	13.022	(27.024)	(14.002)	11.959	(65.191)	(53.232)
Continuação	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	409	-	409	292	-	292
Despesas financeiras	(118)	-	(118)	(137)	1	(136)
	291	-	291	155	1	156
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	13.313	(27.024)	(13.711)	12.114	(65.190)	(53.076)
Despesas com impostos	(902)	(3.994)	(4.896)	(864)	(5.440)	(6.304)
Resultado líquido do exercício	12.411	(31.018)	(18.607)	11.250	(70.630)	(59.380)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, sendo as práticas contábeis regulatórias apresentadas na nota 3.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21.1. Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na nota explicativa 3.7 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Ativo da concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita de Implementação da infraestrutura reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, e é atualizado pela taxa implícita do fluxo financeiro, registrada como Receita de remuneração do ativo de contrato. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

21.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01(R1) e CPC47.

21.3. PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

21.4. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Patrimônio líquido societário	381.418	263.613
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(422.939)	(283.176)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	513.709	351.627
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	12.276	8.264
Tributos diferidos – Pis e Cofins (CPC 47)	15.050	10.362
Arrendamento (CPC 06)	-	1
Patrimônio líquido regulatório	<u>499.514</u>	<u>350.691</u>

21.5. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo societário do exercício	(18.607)	(59.380)
Receita bruta (CPC 47)	(128.856)	(175.792)
Tributos e encargos – Pis e Cofins (CPC 47)	4.703	6.416
Depreciação e amortização (CPC 47)	(2.190)	(2.152)
Custos operacionais (CPC 47)	153.367	236.719
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	3.994	5.440
Outras despesas financeiras (CPC 06)	-	(1)
Lucro regulatório do exercício	<u>12.411</u>	<u>11.250</u>

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Interligação Elétrica Evrecy S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias Interligação Elétrica Evrecy S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Evrecy S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente sem ressalvas separado, com data de 28 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5